



**Publicação
Preliminar**

Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS) e implicações sobre as exportações de produtos do agronegócio – CAFÉ

| | |
|---------------------------|---|
| Autores(as): | Fernanda Aparecida Silva Marcelo José Braga Nonnenberg |
| Produto editorial: | Texto para discussão |
| Cidade: | Brasília |
| Editora: | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) |
| Ano: | 2023 |
| Edição | 1ª |

O Ipea informa que este texto não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS) e implicações sobre as exportações de produtos do agronegócio – CAFÉ

Fernanda Aparecida Silva¹
Marcelo José Braga Nonnenberg²

JEL: F18, F13 e Q17

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as questões relacionadas à certificação internacional do café e verificar quais as eventuais vantagens em se aumentar a produção certificada, do ponto de vista de acesso a mercados e a diferenciação de preços. Em um primeiro momento foram apresentadas informações sobre produção mundial e nacional, exportação e principais mercados consumidores do café brasileiro. Posteriormente, discutiram-se as principais certificações para o café, destacando área (ha) e produção (toneladas métricas) certificada e os principais requisitos para a obtenção de cada certificação. Por fim, algumas questões foram apontadas a partir de contatos com o mercado sobre os desafios e oportunidades da certificação para o café do Brasil. De forma geral, os resultados obtidos permitem concluir que a certificação traz diversos benefícios aos produtores de café. Há o benefício direto que está relacionado ao aumento do preço (preço prêmio) e outros indiretos, como agregação de valor por meio de medidas que buscam mitigar os riscos ambientais e sociais, melhoria na estrutura de produção, melhoria na gestão dos custos, abertura ao mercado internacional, maior qualidade de vida, recebimento de assistência técnica, agregação de valor da propriedade ao realizar as adequações em sua infraestrutura, entre outros. Todavia, algumas questões precisam ser colocadas para debate no que se refere às certificações, como os custos para a obtenção dos selos, o grande número de certificados que podem conter os mesmos objetivos e que acabam confundindo o consumidor, a competição entre as certificadoras que podem acabar flexibilizando os requisitos para atrair mais produtores e, o envolvimento de fazendas certificadas em práticas “greenwashing” e “bluewashing”.

Palavras-chave: café; normas voluntários de sustentabilidade (NVS); certificação; exportação.

Abstract: The objective of this study is to analyze issues related to international coffee certification and to verify the advantages of increasing certified production, from the point of view of access to markets and price differentiation. At first, information was created on world and national production, exports and main consumer markets for Brazilian coffee. Subsequently, the main certifications for coffee were discussed, highlighting the area (ha) and production (metric tons) certified and the main requirements for obtaining each certification. Finally, some issues were raised based on contacts with the market about the challenges and opportunities of certification for coffee in Brazil. In general, the results obtained allow us to conclude that certification brings several benefits to coffee producers. There is the direct benefit that is related to the price increase (premium price) and other indirect ones, such as adding value through measures that seek to mitigate environmental and social risks, improvement in the production structure, improvement in

¹ Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea. E-mail: <fernanda.aparecida@ipea.gov.br>

² Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea. E-mail: <marcelo.nonnenberg@ipea.gov.br>

cost management, openness to international market, better quality of life, receiving technical assistance, adding value to the property by making adjustments to its infrastructure, among others. Some issues need to be raised for debate with regard to certifications, such as the cost of obtaining seals, the large number of certificates that may have the same objectives and that end up confusing the consumer, the competition between certifiers that may end up making the requirements to attract more producers and the involvement of certified farms in “greenwashing” and “bluewashing” practices.
Keywords: coffee; voluntary sustainability standards (VSS); certification; export.

1. Introdução

O agronegócio brasileiro passou por importantes transformações e desafios desde o início dos anos 2000, tendo que atender aos mercados globais cada vez mais exigentes no que se refere a qualidade e segurança do produto. Neste cenário, os consumidores preocupados em consumir bens que se atentam a questão socioambiental passaram a ter ainda mais influência sobre as cadeias produtivas. Geralmente, estes consumidores que definem os novos padrões de consumo estão em países com maior nível de renda, como Europa e Estados Unidos (Leme e Pinto, 2019). Como forma de atender a demanda crescente por produtos seguros e de maior qualidade, surgiram os programas de certificação, que atestam por meio da definição de padrões e requisitos, que um determinado bem segue os preceitos sociais, ambientais e de qualidade.

Os programas de certificação englobam as “Normas Voluntárias de Sustentabilidade” (NVS) que são desenvolvidas por entidades públicas ou privadas e são um conjunto de regras e padrões direcionados a um determinado produto. Estes padrões variam no aspecto social, econômico, meio ambiente e qualidade. Como o próprio nome diz, são requisitos voluntários e são definidos com base na demanda do mercado, portanto não são regulamentados por governos nacionais ou organizações internacionais formais. As NVS podem ser aplicadas na produção, processamento e comércio mundial (Veiga, Barbosa e Saes, 2016).

Esta pesquisa está inserida no âmbito das certificações para a cafeicultura, que foi uma das culturas pioneira na definição dos padrões de sustentabilidade. Segundo os dados do International Trade Center (ITC, 2023), cerca de 40% do café no mundo possui alguma certificação. A estratégia de certificação pode ser um bom caminho para agregar valor para produtores e consumidores bem como ampliar a competitividade do café, já que o Brasil possui destaque em termos de produção e exportação mundial. Assim, os programas de certificação podem aumentar a renda dos cafeicultores via preço premium pago pelo café com algum selo socioambiental.

Por outro lado, existem custos relacionados à certificação que precisam ser levados em consideração na viabilidade econômica no processo de adesão à certificação. Estes custos são referentes à adequação da fazenda, seguimento da legislação trabalhista, taxas de auditorias entre outros. O desafio é ainda maior para pequenos cafeicultores, principalmente no período da pandemia do Covid-19, em que foi observado, segundo International Institute of Sustainable Development (IISD, 2022) para o ano 2020, a redução dos rendimentos devido a preços mais baixos e maiores custos de produção. Estes fatores além de afetarem a renda dos produtores podem impedir que eles consigam investir em uma produção sustentável e conseqüentemente dificulta a adoção de um selo. Neste contexto, o objetivo desta nota é analisar as questões relacionadas à certificação internacional do café e verificar quais as eventuais vantagens em se aumentar a produção certificada, do ponto de vista de acesso a mercados e a diferenciação de preços.

Este trabalho conta com mais 4 seções além desta introdução. Na seção seguinte são apresentados e discutidos dados sobre a produção mundial e brasileira e dados do comércio internacional de café. Na seção 3 é feita uma breve discussão sobre a cadeia produtiva do produto. Na seção 4, é realizada uma discussão acerca das principais certificações para o café, destacando oportunidades e desafios. Por fim, a última seção traz as considerações finais do trabalho.

2. Produção, cadeia produtiva e exportações

O setor cafeeiro é um dos mais tradicionais e importantes para o Brasil e, neste contexto, se tornar mais competitivo no cenário internacional permite ao produtor diversificar os riscos e possibilita a agregação de valor no seu produto influenciando a geração de renda. Todavia, a inserção no mercado internacional exige certos regulamentos, sejam eles públicos ou privados, que os cafeicultores devem estar atentos. As exportações do setor se depararam com tarifas diferenciais dos países importadores, como além de medidas não tarifárias que podem dificultar a inserção e permanência em determinados mercados. Após a desregulamentação do mercado mundial de café, nos anos de 1990, o que permitiu a entrada de novos concorrentes, como o Vietnã, os países buscaram estratégias de agregação de valor ao grão, entre elas a certificação. De forma geral, as certificações são voltadas para o café arábica, e tem por objetivos elevar a renda dos produtores, via preços premium, e atender às exigências dos consumidores quanto à qualidade, sustentabilidade e origem da produção de café.

O café foi uma das primeiras commodities a serem certificadas no comércio mundial, e com a proliferação dos sistemas privados de segurança alimentar, a partir dos anos 2000, houve uma expansão das certificações aplicadas à cultura. Apesar das vantagens em se ter um produto que atenda às normas voluntárias de sustentabilidade, os produtores incorrem com custos para a implantação das adequações para a obtenção da certificação.

Estes custos nem sempre são suportados totalmente pelos produtores, por vezes, parte deles são cobertos por associações, comerciantes ou torrefadores. Mas ainda assim, não é consensual qual o efeito da certificação, ou seja, se os benefícios superam os custos. Diante destes apontamentos, questiona-se: quais as vantagens em se aumentar a produção certificada de café? Atender aos padrões privados garante ao Brasil acesso a mercados? Se o país consegue atender às exigências, como os fluxos comerciais de café são afetados? Para isso, em primeiro lugar, é apresentado um panorama recente da cultura e das exportações de café e sua cadeia produtiva. Em segundo, uma discussão sobre acesso a mercados, inclusive com relação a medidas não tarifárias sobre o produto e, finalmente, uma análise do papel das normas voluntárias de sustentabilidade que afetam o setor e o papel das principais certificadoras.

Antes de apresentar as informações, é importante esclarecer como foi realizada a coleta dos dados. Para a produção, exportação e importação mundial, utilizou-se os dados para café em grão (arábica e robusta), torrado e moído e solúvel do USDA. Já para os dados de exportações e parceiros comerciais do Brasil, foram consideradas as classificações do Sistema Harmonizado a 6 dígitos e Nomenclatura Comum do Mercosul, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação do café para avaliação

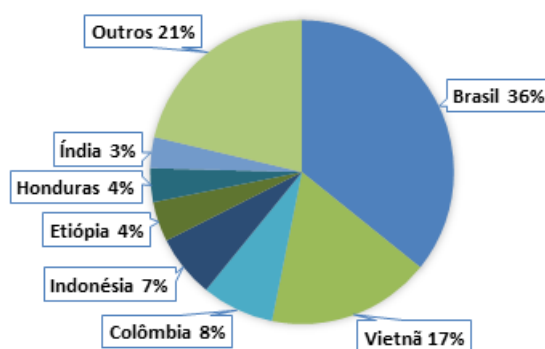
| Código SH | Descrição |
|-------------------|------------------------------------|
| 090111 | Café não torrado, não descafeinado |
| 090112 | Café não torrado, descafeinado |
| 090121 | Café torrado, não descafeinado |
| 090122 | Café torrado, descafeinado |
| Código NCM | Descrição |
| 21011110 | Café solúvel, mesmo descafeinado |

Fonte: Elaboração própria.

No mundo, existem, basicamente duas espécies de cafés, o arábica, com origem na Etiópia e o café robusta, originária do Congo. A produção de café arábica se concentra principalmente na América do Sul e Central, em contrapartida, a produção de robusta se dá na Ásia. O arábica apresenta melhor qualidade e é normalmente plantado em regiões acima dos 800 metros. Já o robusta ou conilon não apresenta o mesmo sabor e costuma ser plantado em regiões de menor altitude (CEPEA, 2022).

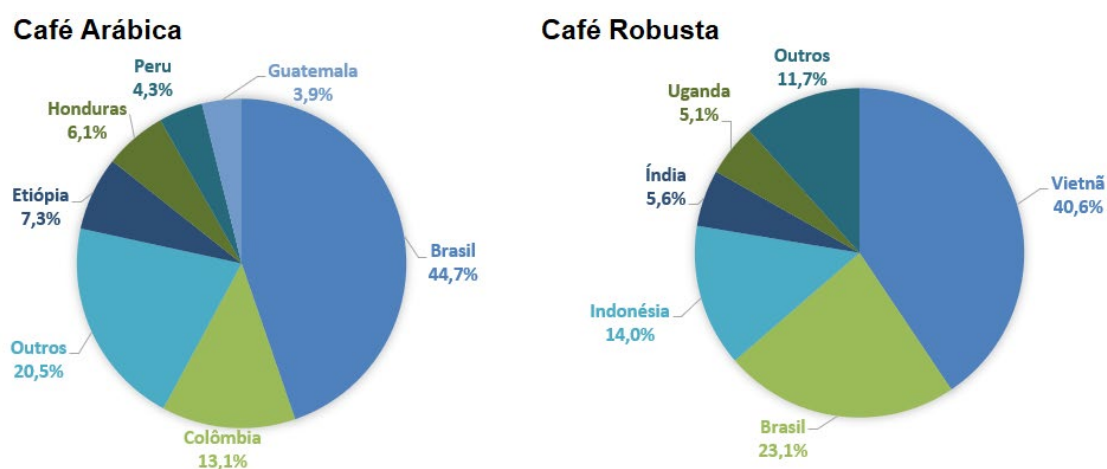
O Gráfico 1 mostra os maiores produtores mundiais de café verde entre 2011 e 2021. O Brasil se destaca com 36% de todo o café verde produzido no mundo, seguido do Vietnã, com 17% e Colômbia, responsável por 8%. No caso do Vietnã, a política interna de incentivos, a política de desvalorização cambial e a estrutura de custos menores em relação à mão de obra, fazem do país um grande concorrente do café brasileiro. Ao contrário de países produtores tradicionais, no Vietnã há destaque para o café robusta, o que faz do país o maior produtor desta variedade, com 40% do total, como mostra o Gráfico 2. O café robusta normalmente tem um custo menor que o arábica, já que são plantas menos exigentes e de manejo mais fácil. Este tipo de café é usado para misturas, em café solúvel ou em produtos fabricados. Em termos de café arábica, o Brasil é responsável por cerca de 45% da produção mundial, seguido por Colômbia e Etiópia, com 13% e 7%, respectivamente.

Gráfico 1 – Produção mundial de café verde, 2011 a 2021 (em porcentagem)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do USDA (2022).

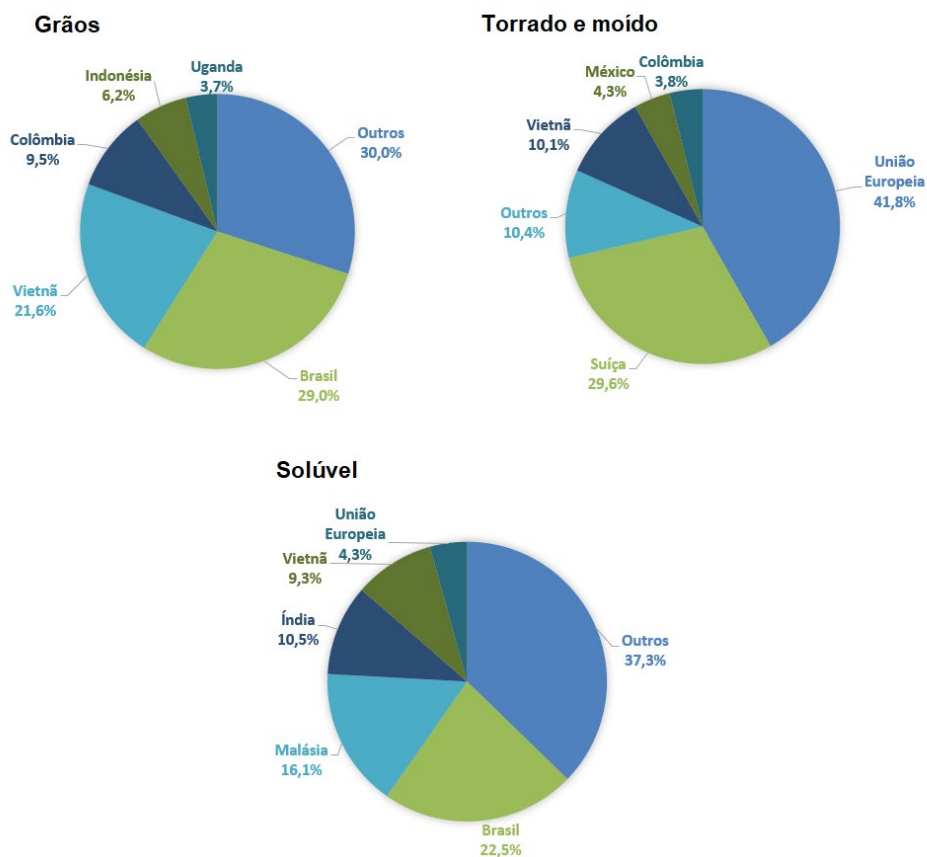
Gráfico 2 – Produção mundial de café arábica e robusta (em porcentagem)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do USDA (2022).

Quanto à participação do Brasil nas exportações e importações mundiais, os Gráficos 3 e 4 mostram os dados de 2011 a 2021. Para este período, o Gráfico 3 mostra que o país aparece como maior exportador mundial de café em grãos e solúvel, responsável por 30% e 22% do valor exportado, respectivamente. Para o café torrado e moído, o maior exportador é a União Europeia, com 41% do total. As exportações do Brasil não chegaram a 1% no período analisado, sendo o 10º exportador mundial.

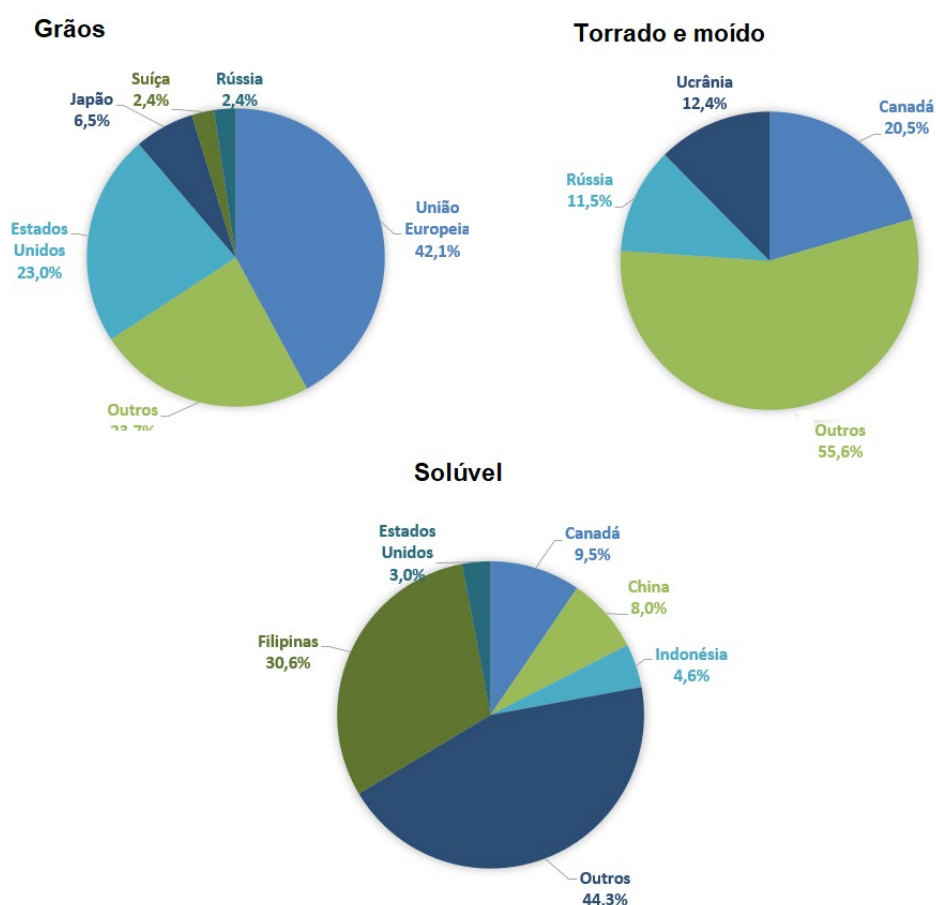
Gráfico 3 – Principais exportadores mundiais de café, 2011 a 2021 (em porcentagem)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do USDA (2022).

O gráfico 4 mostra os principais importadores mundiais de café em grãos, torrado e moído e solúvel, no período de 2011 a 2021. Com exceção do café solúvel, os países com maior nível de renda, com destaque para a Europa e Estados Unidos, aparecem como os principais importadores mundiais de café. Para o café em grãos, os países europeus e Estados unidos se destacam como os grandes consumidores, absorvendo, juntos, mais de 60% das importações deste tipo de café. Para o café torrado e moído, as importações não são concentradas, e há destaque para o Canadá, que é responsável por aproximadamente 20% das importações do mundo. Em termos do café solúvel, os dois principais importadores são a Filipinas o maior importador, com 30% e, em seguida, tem-se o Canadá, com 9,5%.

Gráfico 4 – Principais importadores mundiais de café (em porcentagem)



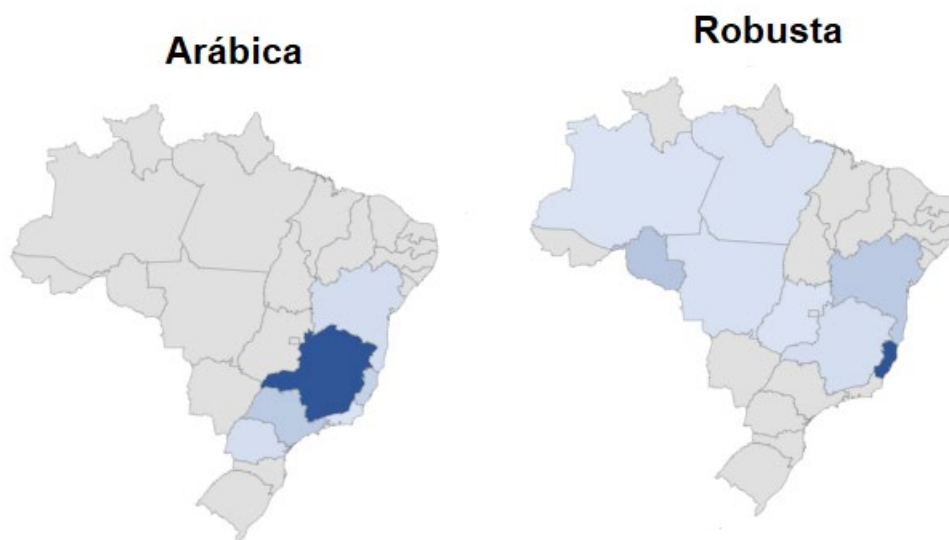
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do USDA (2022).

Em termos da produção e produtividade brasileira do café, o Gráfico 5 mostra os dados para o café arábica e robusta, entre 2011 e 2021. O café robusta, produzido em baixas altitudes, tende a ter um custo menor, é mais produtivo e mais resistente a adversidades. Já o café arábica, produzido em altitudes elevadas, tende a ser mais custoso, é menos produtivo e demanda maiores cuidados no cultivo (Mendes, 2019). A produção de café, que começou no atual Estado do Rio de Janeiro, no século XIX e depois se deslocou para São Paulo e, mais adiante, o Paraná, hoje se concentra basicamente em Minas Gerais e Espírito Santo, que representam mais de $\frac{3}{4}$ da produção total, seguidos de longe por São Paulo, Bahia e Rondônia. Ao analisar os principais estados produtores, como mostra o Gráfico 4, há destaque para Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo para o café arábica e, Espírito Santo e Rondônia para o robusta.

No gráfico 6 é possível verificar que, de fato, o robusta possui produtividade média maior que o café arábica ao longo dos anos analisados. Por outro lado, a produção de café arábica é superior, com estimativa que, em 2022, do total de sacas de 60kg produzidas no Brasil (arábica + robusta), cerca de 64% são de café arábica (CNA, 2022).

Entre 2014 e 2016 a produção de café robusta foi fortemente afetada pelo clima, e o mesmo cenário atingiu a produção do café arábica em anos mais recentes. Para o ano de 2020, eventos climáticos adversos afetaram grande parte dos produtores de Minas Gerais, maior estado produtor. A ocorrência da seca nesta região, notadamente no período da floração da planta pode explicar a queda da safra em 2021, que, para o café arábica sequeiro foi de 215% e para o irrigado foi de aproximadamente 13%.

Gráfico 5 – Principais estados produtores de café no Brasil

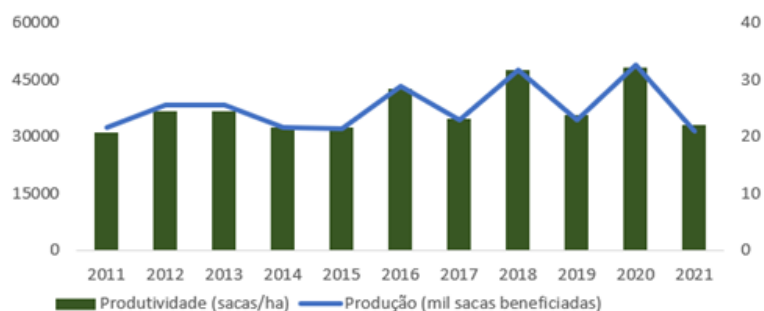


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CONAB (2022).

Nota: A escala de produção varia entre azul claro a azul escuro. Quanto mais escura a cor, maior a produção. Coloração cinza indica ausência de valores para as regiões.

Gráfico 6 – Produção e produtividade brasileira de café

Café arábica



Café robusta



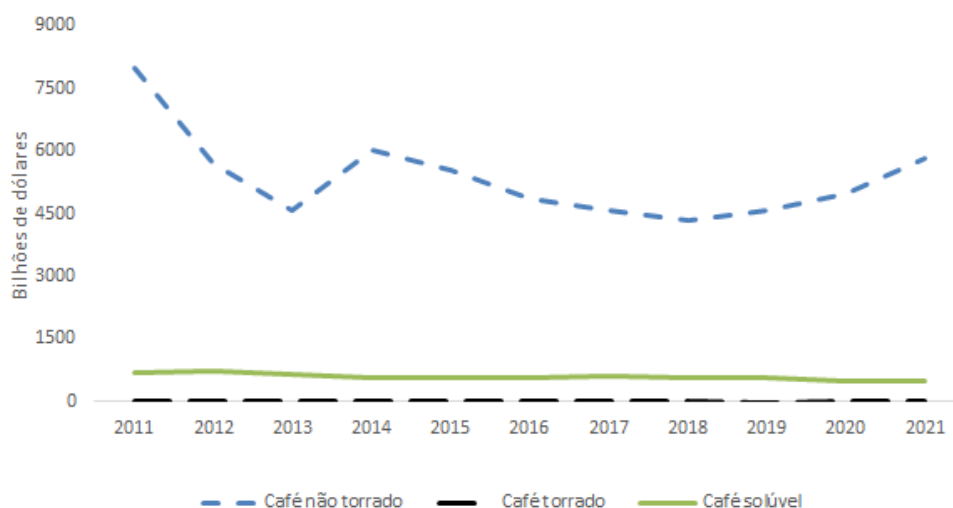
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da CONAB (2022).

O café, que já foi, até as primeiras décadas do século XX, o principal produto de exportação do Brasil, nos últimos 10 anos não chegaram a 3% das exportações totais (excluindo o café solúvel). Mas, ainda assim, é um dos principais produtos de exportação do agronegócio. E, como será visto adiante, tem potencial para aumentar suas exportações. Do total deste produto exportado pelo Brasil no ano de 2021, o café não torrado representa a maior parcela das exportações (91,5%), seguido pelo café solúvel (*%) e, por fim, o café torrado (0,5%). Ao longo da série observa-se que as exportações de café solúvel e café torrado, se mantiveram constantes no período de análise. Em se tratando da produção mundial, o Brasil tem espaço de destaque, porém em termos de agregação de valor o país ainda precisa avançar.

Para o café solúvel, apesar do país se destacar nas exportações, houve a preocupação de perda de competitividade no cenário mundial, diante redução no número de fábricas e trabalhadores que ocorreu até 2016. A aplicação de medidas não tarifárias é apontada como uma das causas da possível perda de liderança no mercado, como mostra o trabalho de Mendes (2019). Além disso, a falta de matéria-prima devido a seca que atingiu o Espírito Santo, associada à insegurança quanto a safra futura e aos preços internos acima do mercado mundial, impactaram de forma negativa as exportações em

2017. Para anos mais recentes, de 2018 a 2020, as exportações de café solúvel cresceram 10% e há expectativa que esse crescimento permaneça nos próximos anos, com a influência de finalizações de acordos de comércio, que visam a redução de tarifas importação do produto brasileiro (ABICS, 2021).

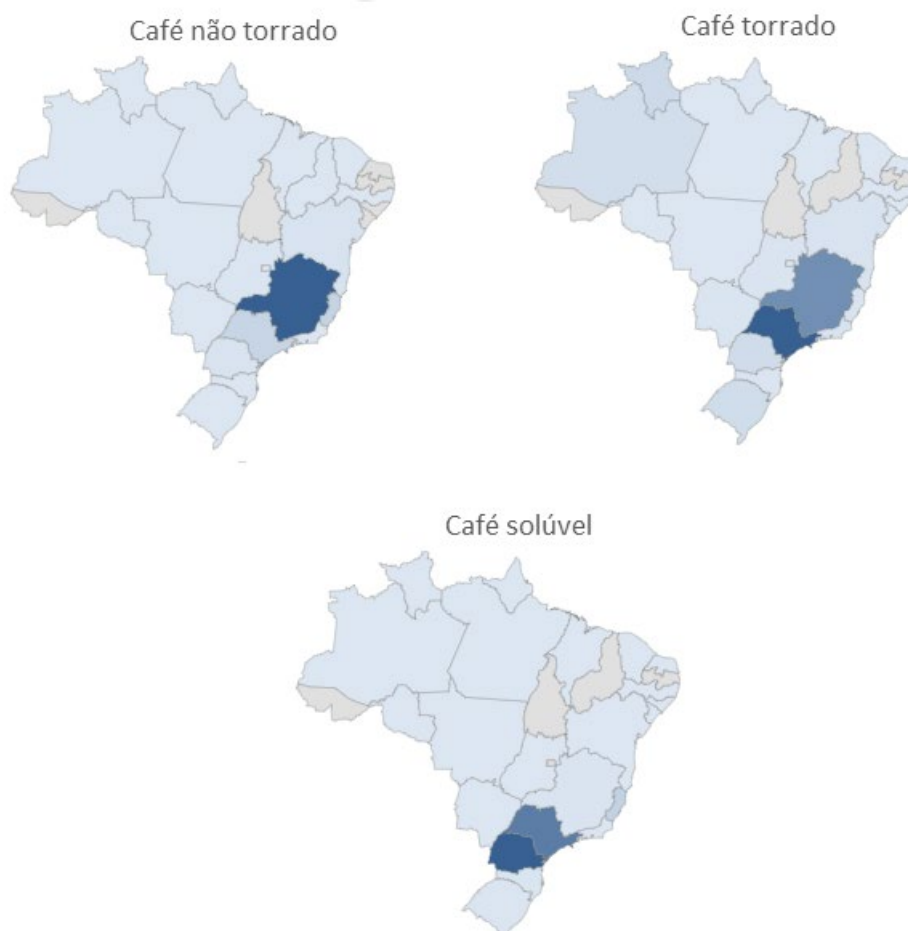
Gráfico 7 - Fluxo de exportações brasileiras de café (2011 a 2021). Em bilhões de dólares



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comexstat (2022).

Os principais estados exportadores são também aqueles em que há, de certa forma, destaque na produção. Para o café não torrado, Minas Gerais é o maior exportador com 76,2% do total. Para o café torrado, em primeiro lugar, está São Paulo, com 48,1% e Minas Gerais em seguida, com 31,3%. Para o café solúvel, há destaque para o Paraná (50,2%) e São Paulo (40,2%). Em Minas Gerais, o café é cultivado em mais de 400 municípios, sendo os principais exportadores localizados nas regiões do Sul de Minas (Varginha), Cerrado de Minas (Patrocínio) e Matas de Minas (Manhuaçu). Outro dado relevante é que as exportações deste estado são direcionadas para mais de 80 países, incluindo China, Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão. A qualidade e a diversidade do podem justificar a ampla gama de países importadores do café mineiro. Em São Paulo as regiões Mogiana e Centro-Oeste Paulista são as principais exportadoras, com destaque para os municípios Santos e São José do Rio Pardo. No Espírito Santo, onde se concentra a exportação de café robusta, há destaque para os municípios de Vitória e Linhares. Já no Paraná, onde se concentram as exportações de café solúvel, os municípios Londrina e Cornélio Procópio foram os maiores exportadores em 2021.

Gráfico 8 – Principais estados brasileiros exportadores de café, 2011 a 2021



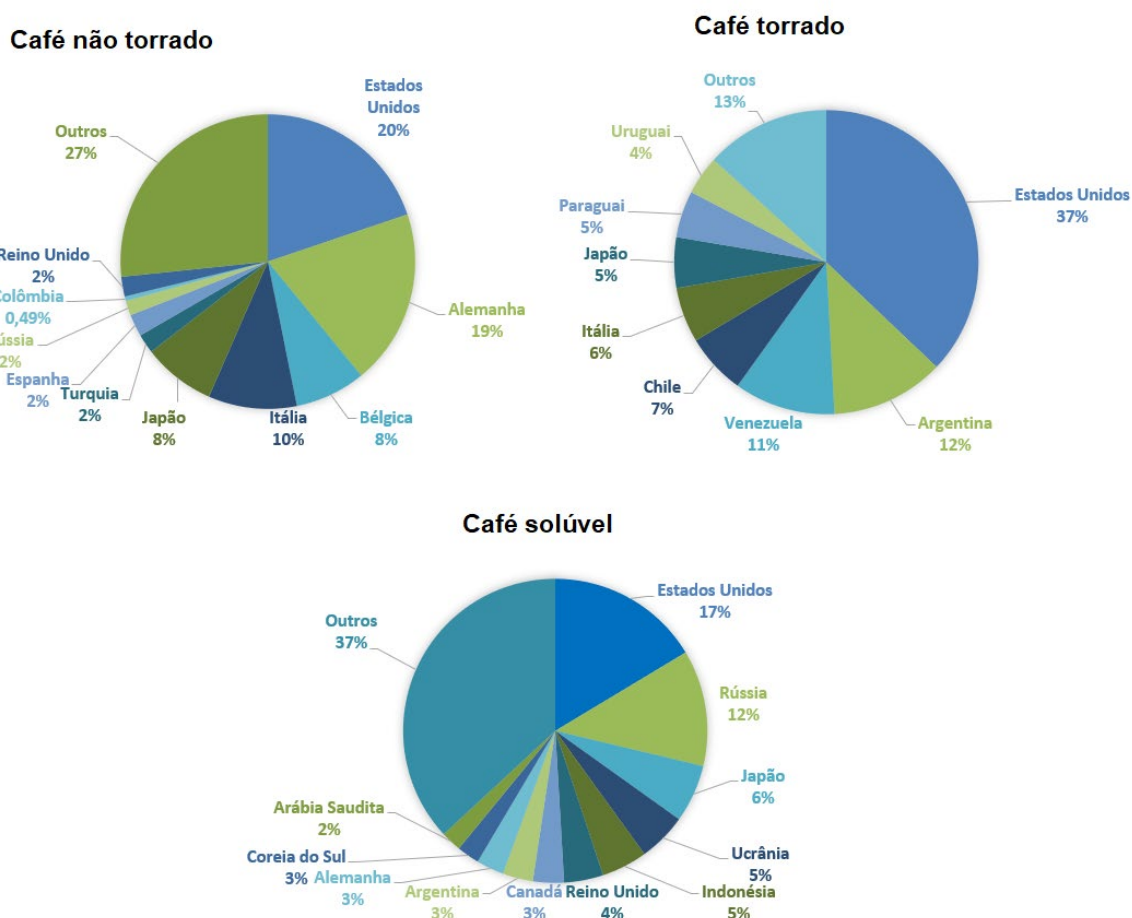
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ComexStat (2022).

Nota: A escala do volume de exportações varia entre azul claro a azul escuro. Quanto mais escura a cor, maior o volume das exportações. Coloração cinza indica ausência de valores para as regiões.

A próxima análise mostra os principais destinos das exportações brasileiras de café, entre 2011 e 2021. Os maiores parceiros comerciais do Brasil para o café torrado são Estados Unidos, Argentina e Venezuela, que juntos foram responsáveis por 60% do total importado. Para o café não torrado, os Estados Unidos também têm destaque, absorvendo 20% das exportações brasileiras, seguidos por Alemanha (19%), Itália (10%) e Japão (8%). Para o café solúvel, as exportações são mais diversificadas, mas ainda assim, os Estados Unidos se configuram como o maior parceiro comercial do Brasil, com 17% do total importado, Rússia (12%), Japão (6%) e Ucrânia (5%). Para o primeiro quadrimestre de 2022, as exportações de café solúvel tiveram uma redução de quase 5%, que foi observado em decorrência dos menores envios para a Rússia e a Ucrânia em

função da guerra (ABICS, 2022).

Gráfico 9 - Principais importadores de café do Brasil (2011 a 2021). Em porcentagem.

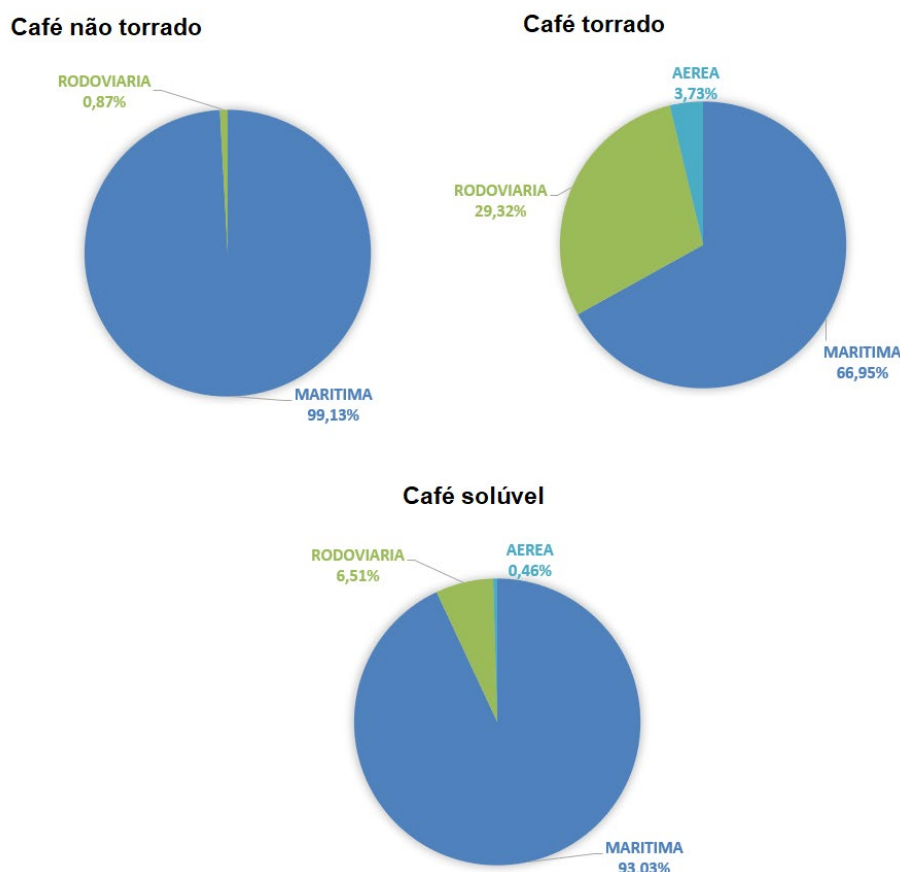


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ComexStat (2022).

A última análise desta seção contém os modais de transporte na exportação do café, entre 2011 e 2021. Como mostra o Gráfico 10, o modal predominante é o marítimo, sobretudo os envios ao exterior por meio do Porto de Santos. Embora para o café torrado o modal rodoviário tenha destaque com 23%, o marítimo corresponde a 53% das exportações deste tipo de café. O transporte rodoviário para o café torrado é correspondente às exportações brasileiras para países sul-americanos, como Chile, Argentina, Venezuela e Paraguai. Para o transporte marítimo, o exportador deve utilizar um contêiner que não tenha sido utilizado para transportar anteriormente produtos que deixam cheiro, pois pode alterar o sabor do café. Além disso, quanto à logística de exportação, como o tempo de transporte é longo, os exportadores devem estar atentos ao prazo de validade para embalagens que não são à vácuo, já que a ocorrência de qualquer imprevisto pode atrasar a entrega da mercadoria e comprometer a validade do café,

elevando os custos de envio.

Gráfico 10 – Modal de transporte das exportações de café do Brasil, 2011 a 2021 (em porcentagem)



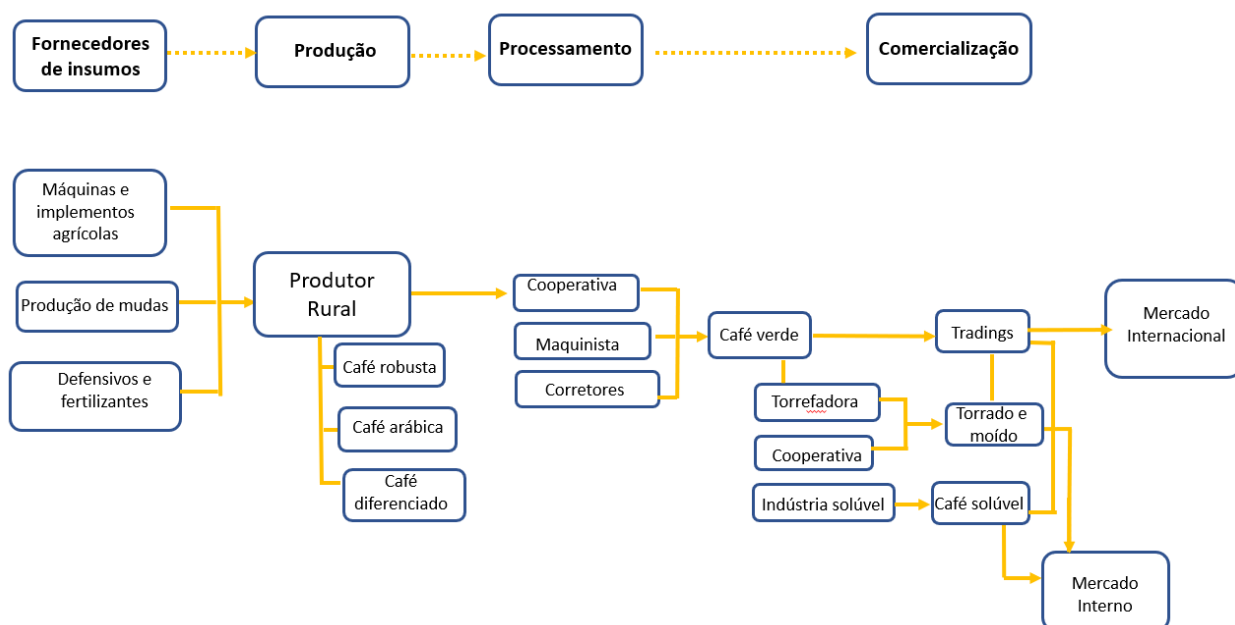
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ComexStat (2022).

3. Cadeia produtiva

A cadeia produtiva do café é relativamente longa na medida em que o produto passa necessariamente por algumas etapas de beneficiamento até chegar ao consumidor. Começa pelos fornecedores de insumos, como fertilizantes e defensivos, mas também produtores de mudas. Segue pelo produtor rural, passa pelas cooperativas e maquinistas, que fazem a primeira etapa de beneficiamento, transformando o café em coco em café verde (ou em grão). A partir daí o café verde pode seguir direto para a exportação normalmente por meio de cooperativas ou trading companies (ou mesmo pelo produtor, no caso de grandes unidades) ou ir para a próxima etapa de beneficiamento, que se divide em duas. A primeira é a indústria de torrefação e moagem, que produz o café a ser vendido

ao consumidor final, tanto no mercado interno quanto no internacional. A segunda é a indústria de café solúvel, que tanto pode ser vendido no mercado doméstico como no mercado externo. Nos anos mais recentes, surge também a produção de café em cápsulas.

Figura 1 – Cadeia produtiva do café



Fonte: Adaptado de Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro).

Para se compreender adequadamente o papel e as questões associadas à certificação do café para exportação, é preciso olhar mais atentamente para essa cadeia. A indústria de torrefação e moagem compreende mais de mil empresas sendo que 80% (ABIC, 2020) desses produtores são micro e pequenos empresários, com até 19 empregados, o que obviamente dificulta a implantação de tecnologias mais modernas, mais exigentes em capital e torna o processo de certificação muito caro. Cerca de $\frac{3}{4}$ dessas indústrias estão localizadas na região Sudeste. Com base em dados da ABIC de 2017, das empresas ligadas a essa Associação (355), 283 representavam apenas 5,6% da produção total ao passo que as 10 maiores representavam 77,2% da produção total. É fácil entender que as pequenas empresas dificilmente vão conseguir exportar, pois é preciso certificação.

4. As diferentes certificações para o café: oportunidade e desafios

Quando se discute a certificação do café, vale ressaltar os selos criados pela

Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) para cafés torrados e moídos que definem o padrão oficial, de identidade e qualidade, para a classificação do produto. Como forma de apoiar o mercado, a ABIC exerce um papel de entidade certificadora e órgão classificador do café. Os programas de certificação são focados na Pureza, Qualidade e Sustentabilidade do café e têm por objetivo principal garantir ao consumidor um produto seguro e de maior qualidade. Estes certificados nacionais não possuem aceitação internacional, ou seja, não são levados em consideração para exportação.

O selo de Pureza garante que o café é livre de impurezas e contém 100% de café. Essa certificação é importante para combater a comercialização de café de baixa qualidade e com percentual elevado de impurezas, já que mesmo que as empresas não sejam associadas a ABIC, elas podem ser responsabilizadas e o produto retirado do mercado. O segundo selo é o de Qualidade, que foi criado em 2004. Ele garante a qualidade do produto final e classifica e diferencia os cafés em 4 categorias: Gourmet, Superior, Tradicional e Extraforte. Segundo a ABIC, além de certificar o produto, a empresa é auditada quanto às boas práticas de fabricação de todo o processo de industrialização. Este é o único programa de certificação do produto final e que garante a qualidade do produto e também do processo (ABIC, 2022).

O selo de sustentabilidade, criado em 2007, assegura, em primeiro lugar, a rastreabilidade do produto, da produção do grão até a industrialização. As fazendas são certificadas quanto à sustentabilidade dos processos produtivos e que os processos industriais seguem boas práticas de fabricação. E também classifica os produtos nas mesmas categorias anteriores. Diferentemente de certificações no âmbito mundial focadas em sustentabilidade, o Programa Cafés Sustentáveis do Brasil, criado pela ABIC, conta com requisitos de sustentabilidade e qualidade ao longo de toda cadeia, desde a propriedade rural até o consumidor final.

Na etapa inicial a origem dos grãos é verificada como forma de garantir que as fazendas produtoras adotem boas práticas agrícolas, com base na sustentabilidade social, econômica e ambiental. Os estabelecimentos produtores de café devem possuir programas de certificação, como 4C, Certifica Minas, Rainforest, entre outros, que irá permitir que o produto tenha o Selo Cafés Sustentáveis do Brasil ABIC. No processo industrial, é realizada auditoria para controle, segurança, higiene e cuidados com o meio ambiente. De acordo com a ABIC, a indústria de café deve assegurar e garantir, por meio de documentação, que pelo menos 60% dos “blends” são de fornecedores sustentáveis. E, por fim, na última etapa é realizada a avaliação da qualidade com sustentabilidade do

produto final.

Em termos de certificação com escopo mundial, a International Trade Center (ITC – Standards Map App) até o ano de 2022, aponta 79 padrões aplicados ao café, sendo que deste total, 49 são voltados para o Brasil. Nestes números são considerados os padrões definidos por governos (públicos), pelo setor privado e os programas corporativos como o 4C, por exemplo. Não estão incluídos nos dados do ITC certificados nacionais elaborado pelos governos, como o Certifica Minas. Também não são considerados nas informações do ITC os certificados regionais como o Café do Cerrado Mineiro e o Matas de Minas que são selos de indicação geográfica, que é conferido a produtos que são característicos do seu local de origem (MAPA, 2023).

A Figura 2 mostra alguns dados do ITC sobre a área colhida de café com certificação entre 2013 e 2019. O que se pode observar é que tem havido uma elevação da área certificada do produto, sendo que de todo o café colhido no mundo, cerca de 43% (3,8 milhões de hectares) possui algum selo de sustentabilidade.

Figura 2 – Evolução da área colhida certificada no mundo

| Anos | Área colhida (ha) mundial | Participação na área colhida (%) |
|------|---------------------------|----------------------------------|
| 2013 | 2103444 | 20,7 |
| 2014 | 1852386 | 14,7 |
| 2015 | 4643874 | 41,5 |
| 2016 | 4960614 | 43,3 |
| 2017 | 4422771 | 40,8 |
| 2018 | 4233081 | 40 |
| 2019 | 3834070 | 43,93 |

Fonte: ITC(2021).

Para o café, os principais programas de certificação e códigos de conduta abrangem o FairTrade, Rainforest Alliance/UTZ, Café Orgânico, o programa 4C (Common Code for the Coffee Community) e, o C.A.F.E. (Coffee and Farmer Equity Practices) e os guidelines da Nestlé para a marca Nespresso - Triplo AAA. Os três últimos exemplos são considerados uma forma para simplificar a certificação e facilitar a adesão do produtor por meio de redução de custos. No caso específico do 4C, segundo Veiga et al. (2016) e Fonseca (2018), os padrões e as ferramentas de verificação são menos exigentes e é considerada uma verificação e não exatamente uma certificação. Estas certificações e programas possuem objetivos específicos e combinam os padrões de acordo com a demanda do consumidor, sendo alguns mais focados na dimensão ambiental, outros no pilar social ou econômico. Embora tenham essa divergência quanto

ao foco, todos têm em comum o fato de buscarem reduzir a assimetria de informação ao longo da cadeia produtiva e a exigência de adoção de práticas sustentáveis na produção de café (Leme e Pinto, 2018).

Analisando os dados mundiais para o ano de 2019, dentre as principais certificações para o café (Figura 3), em termos da área colhida, a Fairtrade tem maior participação (13,1%), seguido pela 4C (9,62%) e UTZ (8,43%). Em termos de produção certificada, há destaque para a 4C (16,97%), UTZ (11,92%) e Fairtrade (9,74%).

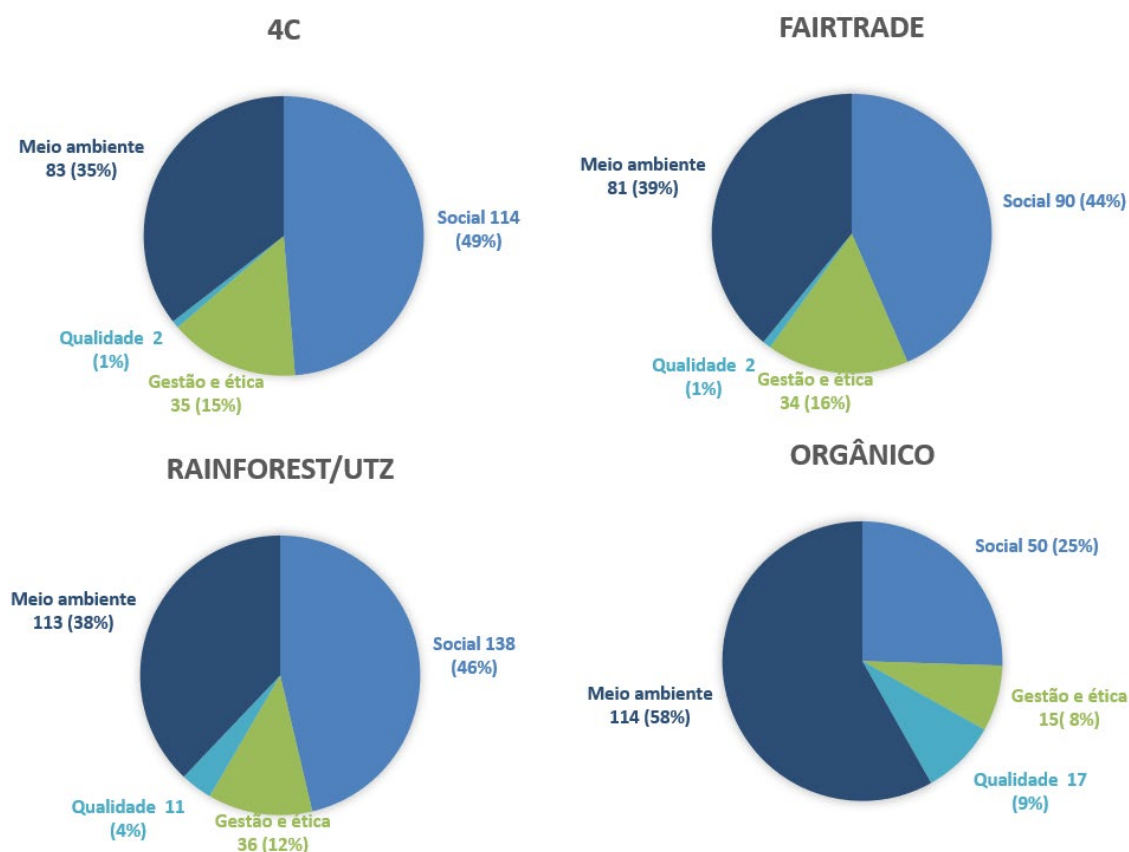
Figura 3 – Principais certificações para o café no mundo, área colhida e produção, 2019.

| Certificação | Área colhida (ha) | Participação na área colhida total (%) | Produção (TM) | Participação na produção total (%) |
|---------------------|--------------------------|---|----------------------|---|
| Organic | 703762,00 | 7,35 | 370005,69 | 3,85 |
| Rainforest | 470610,79 | 5,43 | 669698,26 | 7,40 |
| Fairtrade | 1001002,02 | 13,10 | 824404,27 | 9,74 |
| UTZ | 720250,10 | 8,43 | 1083649,35 | 11,92 |
| 4C | 938445,05 | 9,62 | 1606820,94 | 16,97 |

Fonte: ITC (2021). Observação: As informações referentes à Rainforest e UTZ são apresentadas separadamente, pois os dados são de 2019 e ainda não havia ocorrido a fusão entre elas.

As informações apresentadas na Figura 4 indicam como se distribuem os requisitos relativos aos pilares da sustentabilidade para cada certificação, de acordo com os dados do ITC (2023). A Fairtrade, 4C, Rainforest/UTZ apresentam maiores exigências quanto aos aspectos sociais, com 90 (44%), 114 (49) e 138 (46%) itens a serem cumpridos, respectivamente. A certificação Orgânica possui em maior número requisitos relacionados ao meio ambiente, com 114 itens. Embora os pilares referentes à Qualidade do produto e Gestão e Ética tenham menor peso nestas certificações em termos de número de requisitos, ainda assim são elementos importantes que trazem benefícios para os produtores, como melhoria na gestão, maior acesso a mercados, redução de riscos, entre outros.

Figura 4 – Pilares da sustentabilidade das principais certificações do café



Fonte: ITC (2023).

As principais certificações para o café no Brasil, para o ano de 2019, os dados do ITC indicam que a maior parte da área colhida possui os selos 4C (10,91%), UTZ (9,09%) e Fairtrade (7,23%). Já para a produção certificada, 14,05% têm o 4C, 11,09% UTZ e 7,35% Rainforest. No país cerca de 33% e 38% da área colhida e produção, respectivamente, possuem algum selo socioambiental (Figura 5).

Figura 5 – Principais certificações do café no Brasil, área colhida e produção, 2019.

| Certificações | Área colhida (ha) | Participação na área colhida total (%) | Produção (TN) | Participação na produção total (%) |
|---------------------|-------------------|--|-------------------|------------------------------------|
| 4C | 198944,61 | 10,91 | 422781,80 | 14,05 |
| Fairtrade | 131764,70 | 7,23 | 165348,19 | 5,49 |
| Organic | 520,00 | 0,03 | 690,00 | 0,02 |
| Rainforest | 105786,20 | 5,80 | 221282,89 | 7,35 |
| UTZ | 165826,24 | 9,09 | 336814,99 | 11,19 |
| Total Brasil | 602841,75 | 33,06 | 1146917,87 | 38,11 |

Fonte: ITC (2021). Observação: As informações referentes à Rainforest e UTZ são apresentadas separadamente, pois os dados são de 2019 e ainda não havia ocorrido a fusão entre elas.

Analisando de forma mais detalhada as principais certificações e verificações do café, iniciando pelo 4C, segundo 4C Services GmbH, o objetivo do selo é tornar o setor cafeeiro cada vez mais sustentável por meio da realização de auditorias para verificação do cumprimento de requisitos econômicos, sociais e ambientais tanto na produção quanto processamento de café. Segundo Fonseca (2018), o 4C foi idealizado por empresas multinacionais que atuavam na Alemanha, dentre elas a Jacobs e a Nestle, em parceria com uma organização governamental, a Agência Alemã de Desenvolvimento. O objetivo principal é elevar gradualmente as condições sociais, econômicas e ambientais da produção e processamento de café. O 4C é considerado uma verificação que é a confirmação, por meio do fornecimento de evidências, de que os requisitos especificados são cumpridos (Fonseca, 2018).

O relatório sobre o regulamente do Sistema 4C (2020) indicou que mais de 10% da área mundial de café possui o 4C, compreendendo aproximadamente 1,6 milhão de toneladas. Uma possível justificativa para que o 4C tenha grande representatividade entre as certificações de café, é que por ter padrões menos exigentes e ser amplamente conhecida, facilita a sua adoção. O Quadro 1 mostra as exigências para a certificação 4C, que abrange as 3 dimensões citadas anteriormente.

Quadro 1 – 4C e seus principais requisitos

| Certificação 4C | Principais requisitos |
|--|---|
| 1. Dimensão Econômica | |
| 1.1. Gestão de Negócios | Um Sistema de Gestão Interna está implementado; Não existe envolvimento em qualquer forma de suborno, fraude, corrupção e/ou extorsão; Todas as leis e regulamentos regionais e nacionais aplicáveis são cumpridos; Os subcontratados cumprem com os requisitos 4C; Existem boas práticas para garantir a rentabilidade e a produtividade a longo prazo |
| 1.2. Desenvolvimento de Habilidades e Competências | Parceiros de negócio e trabalhadores da Unidade 4C têm acesso a treinamento para melhorar suas habilidades e competências |
| 1.3. Acesso a Serviços e Informações de Mercado | Produtores têm acesso a assistência técnica independente e adequada bem como a informações sobre boas práticas agrícolas; Mecanismos transparentes de precificação refletem a qualidade do café e práticas de produção sustentável. |
| 1.4. Rastreabilidade | Procedimentos operacionais padrão para rastreabilidade estão disponíveis e implementados; Se segregação física for aplicada: o café certificado 4C é claramente identificado segregado, armazenado e protegido de ser misturado com outras fontes; Se balanço de massas for aplicado: o café certificado 4C é claramente identificado na contabilidade (aplicável somente para Compradores Intermediários e Finais) |
| 2. Dimensão social | |
| 4.1. Direitos Humanos e Trabalhistas | Práticas de despejo forçado não existem; Trabalho forçado e escravo não existem; Trabalho infantil não existe; Liberdade de associação e ações coletivas são garantidas; São realizadas consultas periódicas entre empregadores e representantes autorizados dos trabalhadores sobre as condições de trabalho; Discriminação não existe Critério; Assédio ou abuso físico, sexual, psicológico ou verbal não existem; Mecanismos para o tratamento de reclamações estão em vigor; Existem procedimentos para agir contra casos de discriminação e assédio; Contratos justos de trabalho estão em vigor e são cumpridos; Pelo menos o salário mínimo é pago a todos os trabalhadores de forma pontual; Todos os trabalhadores recebem os mesmos benefícios (por exemplo: moradia, alimentação, transporte, higiene); Condições justas de trabalho no que diz respeito ao horário de trabalho estão |

| | |
|---|--|
| | em vigor; O impacto das operações para as comunidades do entorno é avaliado. |
| 2.2. Condições de Trabalho Seguro | Alojamento adequado é fornecido aos trabalhadores permanentes e/ou temporários, se necessário; Instalações de saneamento e equipamentos (ou similares) estão disponíveis para todos os trabalhadores; Todos os trabalhadores e Parceiros de Negócio são abastecidos com água potável; Um programa de saúde e segurança do trabalho está em vigor; Todos os trabalhadores e Parceiros de Negócio são abastecidos com roupas de proteção adequadas de acordo com os requisitos legais; Trabalhos perigosos não são executados por trabalhadores deficientes; A segurança alimentar dos Parceiros de Negócio e de todos os trabalhadores é garantida. |
| 3. Dimensão Ambiental | |
| 3.1. Proteção da Biodiversidade e Áreas com Alto Estoque de Carbono | Florestas primárias e áreas de preservação são protegidas; Áreas de alta biodiversidade, vegetação natural, fauna, solo e fontes de água e áreas sensíveis são conservadas e/ou restauradas; Organismos geneticamente modificados (OGM) e variedades não são utilizados; Mitigação de mudanças climáticas e medidas de adaptação são identificadas e implementadas. |
| 3.2. Uso de Pesticidas e Outros Produtos Químicos Perigosos | Pesticidas proibidos não são utilizados; O uso de pesticidas é diminuído; As melhores práticas na aplicação de pesticidas/químicos são aplicadas. |
| 3.3. Conservação e Fertilidade do Solo | Práticas de conservação do solo estão em vigor; A fertilidade do solo é mantida e melhorada. |
| 3.4. Conservação da Água | As fontes de água são conservadas; Os direitos existentes de uso da água são respeitados; A eficiência no uso da água é melhorada; As melhores práticas em gestão de águas residuárias são aplicadas. |
| 3.5. Gestão de Resíduos | Existe uma gestão segura dos resíduos. |
| 3.6. Consumo de Energia | O consumo geral de energia é reduzido e o uso de fontes renováveis de energia é aumentado. |

Fonte: Código de Conduta 4C - 4C Services GmbH (2020).

Dentre as certificações na cafeicultura, a Fairtrade International é direcionada para pequenos produtores que fazem parte de associações, cooperativas ou organizações, não sendo um selo voltado para produtores individualmente. Segundo a FairTrade International (2023), para ser considerado pequeno produtor de café, não pode haver a contratação de trabalhadores temporários (com exceção de quando a mão de obra familiar não for suficiente em períodos de plantio e colheita, por exemplo) e utilizar apenas mão de obra familiar. No que se refere às organizações dos produtores, existem algumas regras para a obtenção do selo FairTrade International, como a maioria dos membros serem pequenos produtores (ao menos 51%) e pelo menos 50% do produto certificado deve ser oriundo da produção de pequenos agricultores (Alvarenga e Arraes, 2017).

Para que seja obtida a certificação FairTrade, os produtores devem cumprir uma série de exigências nos âmbitos sociais e sustentáveis. Cumprindo estes requisitos, os produtores têm uma garantia de preço mínimo que, normalmente é maior que o preço de mercado e busca auxiliar nos custos de produção e evitar que os produtores tenham perdas repentinas dado a volatilidade no preço mundial do café. Além disso, os agricultores recebem um prêmio (FairTrade Premium), que é um valor extra além do preço de venda, que é direcionado as associações com o objetivo de estimular e fortalecer as organizações e promover melhores condições para a população. Uma parte do prêmio pode ser utilizada em projetos para toda a comunidade e outra parte é destinada a melhoria da produção e qualidade do café. O Quadro 2 mostra os 10 princípios que norteiam a certificação Fairtrade e que devem ser seguidos para obter a certificação.

Quadro 2 – Os princípios Fairtrade

| Princípios | Objetivos |
|---|--|
| 1. Criação de oportunidades para produtores economicamente desfavorecidos | Apoiar pequenos produtores marginalizados, com o objetivo de movê-los da insegurança de renda e pobreza para a autossuficiência econômica. |
| 2. Transparência e Responsabilidade | A organização é transparente em sua gestão e nas relações com trabalhadores, produtores e demais integrantes da cadeia. Há prestação de contas a todas as partes interessadas e respeito a confidencialidade das informações comerciais. Os canais de comunicação são transparentes e eficientes e a organização garante que as informações relevantes sejam fornecidas a todos os seus parceiros. |

| | |
|--|--|
| 3. Práticas comerciais justas | Isso significa negociar com preocupação com o bem-estar social, econômico e ambiental. Os fornecedores de produtos FT respeitam os contratos e entregam os produtos no prazo e com a qualidade e especificações acordadas. Os compradores, para comidas e artesanato, disponibilizam o pagamento de 50% na solicitação do pedido. A organização mantém relacionamentos de longo prazo baseados na solidariedade, confiança e respeito mútuo que contribuem para a promoção e crescimento do Comércio Justo. |
| 4. Pagamento de um Preço Justo | Um preço justo é aquele que foi acordado mutuamente por meio do diálogo e da participação, que proporciona uma remuneração justa aos produtores e também pode ser sustentado pelo mercado. As organizações importadoras e de marketing do Comércio Justo apoiam a capacitação conforme necessário para os produtores, para permitir que eles definam um preço justo. |
| 5. Garantir a inexistência de trabalho infantil e trabalho forçado | A organização adere à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e à legislação nacional sobre o emprego de crianças. Qualquer envolvimento de crianças na produção de produtos do Comércio Justo (incluindo o aprendizado ou ofício tradicional) é sempre divulgado e monitorado e não afeta adversamente o bem-estar, a segurança, os requisitos educacionais e a necessidade de brincar das crianças. A organização garante que não haja trabalho forçado em sua força de trabalho, membros ou trabalhadores a domicílio. As organizações que compram produtos do Comércio Justo de grupos de produtores diretamente ou por meio de intermediários garantem que nenhum trabalho forçado seja usado na produção. |
| 6. Compromisso com a Não Discriminação, Igualdade de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres e Liberdade de Associação | As organizações de Comércio Justo não discriminam na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, demissão ou aposentadoria com base em raça, casta, nacionalidade, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, filiação sindical, afiliação política, HIV/Aids, estado ou idade. A organização tem uma política clara e plano para promover a igualdade de gênero que garante que as mulheres, assim como os homens, tenham a capacidade de obter acesso aos recursos que eles precisam ser produtivos e também a capacidade de influenciar o ambiente político, regulatório e institucional mais amplo que molda seus meios de subsistência e suas vidas. A organização respeita o direito de todos os trabalhadores para formar e aderir a sindicatos de sua escolha e negociar coletivamente. |

| | |
|---|---|
| 7. Garantia de boas condições de trabalho | A organização fornece um ambiente de trabalho seguro e saudável para trabalhadores e produtores. Cumpre, no mínimo, as leis nacionais e locais e as convenções da OIT sobre saúde e segurança. As Organizações de Comércio Justo estão cientes das condições de saúde e segurança dos grupos de produtores dos quais compram. Eles buscam, de forma contínua, aumentar a conscientização sobre questões de saúde e segurança e melhorar as práticas de saúde e segurança nos grupos de produtores. |
| 8. Oferecimento de capacitação | As organizações de Comércio Justo desenvolvem as habilidades e capacidades dos funcionários ou membros. As organizações que trabalham diretamente com pequenos produtores desenvolvem atividades específicas para ajudar esses produtores a melhorar suas habilidades de gestão, capacidade de produção e acesso aos mercados. |
| 9. Promoção do Comércio Justo | A organização aumenta a conscientização sobre os objetivos do Comércio Justo e sobre a necessidade de maior justiça no comércio mundial por meio do Comércio Justo. Defende os objetivos e atividades do Comércio Justo de acordo com o escopo da organização. A organização fornece aos seus clientes informações sobre si mesma, os produtos que comercializa e as organizações de produtores, produtores ou trabalhadores que fabricam ou cultivam os produtos. |
| 10. Respeito ao meio ambiente | Utilização de matéria-prima de forma sustentável e, sempre que possível, comprando do comércio local. Utilização de tecnologias de produção que procuram reduzir o consumo de energia e, sempre que possível, utilizam tecnologias de energias renováveis que minimizam as emissões de gases com efeito de estufa. Os produtores de commodities agrícolas do Comércio Justo minimizam seus impactos ambientais, usando métodos de produção com baixo uso de pesticidas sempre que possível. Os compradores e importadores de produtos do Comércio Justo dão prioridade à compra de produtos feitos de matérias-primas provenientes de fontes geridas de forma sustentável e que tenham o menor impacto geral sobre o meio ambiente. Utilização de materiais reciclados ou facilmente biodegradáveis para embalagem. |

Fonte: The WFTO FairTrade Standard (World Fair Trade Organization, 2020).

O programa de certificação UTZ, desde 2018, faz parte da Rainforest Alliance, sendo ambos os programas executados em paralelo, com base em um novo padrão agrícola, unindo os pontos

fortes destas organizações. A certificação Rainforest tem uma grande participação nas propriedades de café, e possui como foco principal a proteção ao meio ambiente e é também denominada de Certificação da Norma RAS (Rede de Agricultura Sustentável). Segundo Cabrera e Caldarelli (2021) esta certificação não proíbe o uso de produtos químicos, mas requer a restauração de vegetação nativa, manejo integrado de pragas e manutenção de cobertura arbórea, ou seja, busca maior conservação da biodiversidade. Além disso, é um programa que busca promover mais desenvolvimento humano e atenta às condições de trabalho na lavoura cafeeira. No Brasil, a certificação é coordenada pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA) e para que o produtor obtenha o selo é necessário o cumprimento de vários critérios, dentre eles: conservação de ecossistemas, conservação de recursos hídricos, tratamento justo e boas condições de trabalho, igualdade de gênero, salário digno, entre outros. Os custos para os produtores envolvem o pagamento das auditorias anuais e de certificação. O Quadro 3 evidencia os principais requisitos e as respectivas descrições para a produção agrícola certificada Rainforest Alliance.

Quadro 3 – Requisitos para produção agrícola Rainforest Alliance

| Dimensões | Descrição |
|------------------|--|
| 1. Gestão | Análise de Risco e Plano de Gestão; Inspeção Interna e Autoavaliação; Igualdade de Gênero. |
| 2. Social | Avaliar e Abordar Trabalho Infantil, Trabalho Forçado, Discriminação, Violência e Assédio no Local de Trabalho; Liberdade de Associação e Negociação Coletiva; Salário Digno; Os trabalhadores e sua família tem moradia e melhores condições de vida; Preocupação com a saúde e segurança dos trabalhadores. |
| 3. Meio ambiente | Produtores usam água de forma eficiente; manutenção da vegetação natural da fazenda; produtores mantêm áreas ripárias; medidas são tomadas para proteger espécies ameaçadas e fauna e flora nativas; resíduos são manejados de forma segura; os produtores aumentam sua eficiência energética e reduzem sua dependência de energia não renovável; produtores usam água de forma eficiente. |

| | |
|--------------------|---|
| 4. Agricultura | Os produtores implementam técnicas de plantio e rotação; agroquímicos devem ser utilizados de forma segura, efetiva e eficiente; os produtores implementam as medidas para melhorar a fertilidade e conservação do Solo; Manejo Integrado de Pragas (MIP) deve ser adotado; Práticas de Colheita e Pós-Colheita para melhorar a qualidade do produto e evitar perdas em quantidade. |
| 5. Rastreabilidade | Todas as transações são registradas na plataforma de rastreabilidade da Rainforest Alliance. O uso do selo Rainforest Alliance está de acordo com a política de rotulagem e marcas registradas. |

Fonte: Rainforest Alliance.

Já a certificação UTZ tem como foco o manejo das fazendas de café de forma profissional e preocupado com os aspectos socioambientais ligados à produção, isso significa uso adequado e modesto de fertilizantes, pesticidas e água. Além de haver a preocupação com os filhos dos cafeicultores frequentarem a escola, direitos trabalhistas, moradia, saúde e capacitação dos agricultores. Além disso, o café certificado pela UTZ é rastreável, garantindo que os produtos foram cultivados e colhidos de forma responsável (UTZ Certified, 2023). Portanto, a certificação busca auxiliar na gestão da propriedade, no aumento da qualidade e produtividade do café e para isso, os produtores pagam as auditorias anuais realizadas por terceira parte. Após a fusão com a Rainforest Alliance as fazendas com certificação UTZ estão fazendo a transição para o programa de certificação Rainforest Alliance 2020.

Na certificação Orgânica o café deve ser produzido de acordo com os padrões definidos pela Agricultura Orgânica de acordo com a legislação vigente em cada país. Segundo o ITC (2023), os requisitos para a obtenção deste selo envolvem os pilares de meio ambiente (83% dos requisitos), gestão e ética (13%) e qualidade (5%). Dentre as exigências estão inseridas a não utilização de fertilizantes, pesticidas e herbicidas sintéticos, maiores informações podem ser obtidas no Quadro 4. Outro requisito é a elaboração de um plano que demonstre métodos que evitem a erosão do solo entre outras práticas agrícolas sustentáveis. A verificação das exigências é realizada por agências certificadoras credenciadas, como a Ecocert Brasil Certificadora, IBD Certificações, Instituto Nacional de Tecnologia (INT) entre outros. Os custos para os produtores variam conforme a certificadora e incluem taxas de auditorias anuais e outros custos de monitoramento.

Quadro 4 – Padrões para certificação Orgânica

| Padrões | Descrição |
|-----------|---|
| Cultivo | A terra não deve ter tido substâncias proibidas aplicadas a ela por pelo menos 3 anos antes da colheita. |
| | A fertilidade do solo e os nutrientes das culturas serão geridos através de práticas de lavoura e cultivo, rotação de culturas e culturas de cobertura, suplementadas com resíduos de animais e culturas e materiais sintéticos permitidos. |
| | As pragas, ervas daninhas e doenças das culturas serão controladas principalmente por meio de práticas de manejo, incluindo controles físicos, mecânicos e biológicos. Quando essas práticas não são suficientes, uma substância biológica, botânica ou sintética pode ser usada, desde que aprovada na Lista Nacional. |
| | As operações devem usar sementes orgânicas e outros estoques de plantio, quando disponíveis. |
| | É proibido o uso de engenharia genética e radiação ionizante |
| Manuseio | Todos os ingredientes não agrícolas, sejam sintéticos ou não sintéticos, devem ser permitidos de acordo com a Lista Nacional de Substâncias Permitidas e Proibidas. |
| Rotulagem | Os produtos vendidos, rotulados ou representados como orgânicos devem ter pelo menos 95% de conteúdo orgânico certificado. |

Fonte: USDA (2023).

Os programas de certificação, segundo Ferreira (2014), chegaram ao Brasil no início dos anos 2000 e, desde então, a utilização tem crescido, principalmente nos últimos anos. Embora sejam conhecidas as vantagens de possuir um selo, como melhoria da gestão, um diferencial do preço (o chamado prêmio) e acesso a novos mercados, o sucesso do café neste contexto envolve alguns pontos a serem discutidos.

O primeiro aspecto é referente ao grande número de certificados, que as vezes podem conter os mesmos objetivos e isso acaba gerando confusão para o consumidor, que não consegue perceber as diferenças entre os selos ou mesmo não consegue entender todas as informações contidas em cada um deles. Outro ponto é que o produtor, para a obtenção do selo e cumprimento dos requisitos, pode assumir custos que não tenha condições de arcar ou que o retorno demore a ser percebido.

Um terceiro ponto está vinculado aos benefícios da certificação que vão além do acesso a mercados e que muitas vezes ocorre de maneira assimétrica, tendo poucos efeitos sobre o desenvolvimento local, a redução da pobreza ou aumento dos salários. O que se percebe no caso

do café (e de outros produtos do agronegócio) são efeitos indiretos, como a formalização das relações contratuais, adesão à legislação trabalhista, uso de EPIs e melhoria das construções rurais. Outro aspecto relevante é que com o crescimento das certificações tem havido competição entre entidades certificadoras em busca de ampliar a adesão aos selos, o que pode levar uma flexibilização dos padrões para atrair mais produtores, torrefadores e traders (Veiga, Barbosa e Saes, 2016). Uma última questão sobre a certificação de café que tem causado controvérsia são os escândalos recentes divulgados pela mídia envolvendo trabalho análogo à escravidão em fazendas certificadas. Estas práticas são denominadas de *bluewashing*, ou seja, são falsas preocupações sociais apresentadas por uma marca/empresa (Berliner e Prakash, 2015). Esta situação pode afetar a inserção do produto no mercado prejudicando os produtores, principalmente pequenos e médios, que levam a sério o cultivo de cafés de qualidade. Uma forma de evitar adquirir produtos advindos de trabalho escravo ou que tenham uma falsa preocupação com o meio ambiente (*greenwashing*) é o consumidor procurar pela rastreabilidade do produto e conseguir informações na internet e redes sociais sobre o café que ele está consumindo.

Sabendo das vantagens e riscos associados a certificação de café, os produtores que possuem um selo buscam um diferencial de preço, garantir acesso e estabilidade no mercado. A diferença entre o preço do café certificado e convencional é denominado “prêmio”, que é fundamental para cobrir os custos do cafeicultor para atender as exigências da certificadora, os custos da própria certificadora, custos de comercialização entre outros. Alguns estudos para o café, como Martinez (2008) e Souza et al. (2015), mostraram que as exigências dos consumidores e compradores no mercado mundial é que levam à adoção da certificação e não o preço prêmio. Na verdade, o que pode ocorrer é que o prêmio pode estar “escondido” nos contratos de venda e não ser percebido pelo produtor. Os trabalhos citados anteriormente deixaram em evidência que a certificação facilita o acesso aos mercados e dá maior estabilidade nas vendas, todavia, na percepção dos produtores, o valor do prêmio fica abaixo do esperado.

De acordo com Veiga, Barbosa e Saes (2016) no início da certificação de café no Brasil a oferta do produto certificado era pequena e o prêmio era mais atrativo. No entanto, com o passar do tempo e o aumento do número de produtores certificados, os diferenciais de preços entre café certificado e convencional foi diminuindo. O que pode ser percebido são benefícios indiretos com a certificação, como a melhoria na gestão das fazendas, acesso a mercados, formalização das relações contratuais e etc.

Ao realizar um comparativo entre a realidade da certificação de café no Brasil e seus principais concorrentes mundiais, um importante ponto a ser analisado é que os programas de certificação e/ou verificação levam em consideração a legislação vigente em cada país para definição de suas diretrizes a serem avaliadas no processo de auditoria nas fazendas. Neste sentido, o Brasil, se comparado a outros países, possui leis ambientais e sociais mais exigentes, o que pode elevar o custo para o cafeicultor.

Quando se iniciou o processo de certificação no Brasil nos anos 2000, as grandes fazendas tinham uma certa vantagem por terem um bom nível organizacional e possuírem recursos para realizarem as adequações quanto aos requisitos das certificadoras. Com a difusão das certificações ao longo dos anos, um aspecto positivo foi ampliar e facilitar o acesso de pequenos cafeicultores, como por exemplo o surgimento de programas voltados para grupos com o intuito de baratear o custo de auditorias e verificações. Por outro lado, antes existia um diferencial de preço maior entre cafés certificados e os não certificados, o que foi reduzindo com a entrada de mais produtores certificados. Estas questões foram apontadas nos resultados das entrevistas com o mercado.

Dentre as iniciativas para a difusão da certificação há destaque para o programa Certifica Minas Café, criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais em 2006. O programa tem como propósito promover a adoção de boas práticas agrícolas com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental e, para isso, conta com o apoio do governo de Minas Gerais e sob responsabilidade do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e Emater-MG. Para os produtores da agricultura familiar com DAP ativa, o serviço de auditoria é gratuito. Para os demais cafeicultores, a taxa varia de R\$ 70,00 a R\$ 796,00, a depender do tamanho da propriedade. Após cumprir os critérios para a certificação e realizado o pagamento da taxa de auditoria, o produtor recebe o Certificado de Conformidade e fica autorizado a utilizar os selos de certificação. Para a manutenção da certificação, as propriedades devem ser aprovadas nas auditorias anuais (Agricultura MG, 2023). Porém, este certificado não tem aceitação ou equivalência com algum selo internacional.

Além da iniciativa pública, startups, há exemplo, a Certificafé, localizada em Manhuaçu, Minas Gerais, tem buscado auxiliar e simplificar a certificação. Após entrevista com o CEO, Mauro Júnior, foi relatado que desde o surgimento da iniciativa, em 2021, até março de 2023, 264 produtores foram certificados nas regiões das Matas de Minas, do Sul e do Norte do Espírito Santo e da Chapada Diamantina. Na região das Matas de Minas o café é cultivado por cerca de 36 mil

produtores, sendo a sua maioria pequenos proprietários (3 a 20ha). Antes da Certificafé, apenas 6 propriedades da região possuíam algum certificado. Os custos para a obtenção da certificação variam a depender do tamanho da propriedade, o tipo de certificação escolhida, da certificadora que irá fazer a auditoria e como é a infraestrutura da propriedade quanto a necessidade de realizar as adequações para a obtenção dos selos. No geral, foi relatado que ao fazer o planejamento adequado, o investimento para ter a certificação será o mínimo possível e o retorno pode ser obtido entre 1 e 2 anos. Portanto, na visão do entrevistado o custo não é a principal dificuldade para ter a certificação, mas sim o fato de os produtores não terem o conhecimento de como iniciar o processo.

Outro resultado encontrado por meio das entrevistas com o mercado é que as possíveis dificuldades na comercialização de café certificado, como por exemplo falta de conhecimento e acesso aos mercados diferenciados, podem ser melhor enfrentadas quando os produtores participam de associações. Além de auxiliarem na negociação do produto e inserção no mercado, as cooperativas desempenham papel importante para melhoria da gestão e, conseqüentemente, conseguem facilitar e reduzir dos custos de obtenção de uma certificação.

Alguns aspectos são relevantes ao tratar a certificação para o café: melhoria da qualidade do produto, acesso a mercados e aumento da renda do cafeicultor. Rocha e Mendes (2011), ao analisarem uma cooperativa de Minas Gerais encontraram como resultado que, após a certificação foi possível produzir café de melhor qualidade devido a assistência técnica que os produtores receberam desde o plantio até a colheita. Este benefício foi advindo do prêmio Fairtrade e por meio das receitas, sobretudo das exportações de café com este selo. Outros estudos (Pinheiro e Nagai, 2014; Frederico, 2013) e com base nas respostas dos entrevistados desta pesquisa foi possível constatar que a certificação auxilia na obtenção da qualidade do café.

Além das discussões sobre a qualidade, os resultados desta nota bem como pesquisas anteriores (Moura, Cunha e Delu Filho, 2015) indicam a possibilidade da certificação auxiliar no acesso a mercados, sendo um dos motivos apontados pelos produtores para que buscassem certificar a sua propriedade. O acesso se dá principalmente ao mercado mundial, já que o mercado nacional ainda demanda poucos produtos certificados e a maioria dos consumidores não conhecem os selos para o café. Ao exportar o produtor consegue agregar valor ao seu produto cobrando um preço mais alto e, por consequência, tem sua renda aumentada. No que tange o acesso ao mercado internacional, um entrevistado ponderou que os cafeicultores conseguem exportar mesmo sem certificação e que a oferta de café certificado ainda é pequena se comparada ao produto não

certificado.

5. Considerações Finais

Este trabalho buscou ampliar a discussão sobre as principais certificações do café apresentando os desafios e oportunidades para o acesso aos mercados e diferenciação de preços. Em um primeiro momento foram apresentadas informações sobre produção mundial e nacional, exportação e principais mercados consumidores do café brasileiro. Os dados levantados confirmam a posição de destaque do país em termos de produção e exportação. Posteriormente, discutiram-se as principais certificações para o café, destacando área (ha) e produção (toneladas métricas) certificada e os principais requisitos para a obtenção de cada certificação. Por fim, algumas questões foram apontadas a partir de contatos com o mercado sobre os desafios e oportunidades da certificação para o café do Brasil.

De forma geral, os resultados obtidos permitem concluir que a certificação traz diversos benefícios aos produtores de café. Há o benefício direto que está relacionado ao aumento do preço (preço prêmio) e outros indiretos, como agregação de valor por meio de medidas que buscam mitigar os riscos ambientais e sociais, melhoria na estrutura de produção, melhoria na gestão dos custos, abertura ao mercado internacional, maior qualidade de vida, recebimento de assistência técnica, agregação de valor da propriedade ao realizar as adequações em sua infraestrutura, entre outros.

Por outro lado, algumas questões precisam ser colocadas para debate no que se refere às certificações, como os custos para a obtenção dos selos, o grande número de certificados que podem conter os mesmos objetivos e que acabam confundindo o consumidor, a competição entre as certificadoras que podem acabar flexibilizando os requisitos para atrair mais produtores e, o envolvimento de fazendas certificadas em práticas “greenwashing” e “bluwashing”.

Outro ponto que merece atenção é como difundir a certificação para pequenos produtores para que ela não seja uma exclusividade de grandes propriedades. Como forma de ampliar a inserção destes cafeicultores no mercado de café certificado é importante a ação conjunta do setor

público e privado. Podendo citar os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural que auxiliam os produtores na adoção das boas práticas agrícolas e na melhoria da gestão. Os produtores precisam ter conhecimento sobre a certificação, saber de seus benefícios e, por fim, ter recursos para colocar em prática os requisitos exigidos e, os programas da ATER podem contribuir neste aspecto. O desenvolvimento de tecnologias também pode ser apontado como uma estratégia para a massificação da certificação, já que podem auxiliar no direcionamento ao produtor sobre o que fazer, quanto gastar, quais adequações necessárias, qual o investimento deve ser feito em cada área, entre outras informações relevantes.

É inegável que a temática de sustentabilidade e o consumo de produtos certificados continuará crescendo nos próximos anos, já que os selos conferem ao consumidor maior confiabilidade do produto. Por este motivo, existe um amplo espaço para o Brasil atuar ainda mais forte no mercado de café certificado.

6. Referências

ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café. **Certificações**. Disponível em: < <https://www.abic.com.br/certificacoes/>>. Acesso em outubro de 2022.

AGUIAR, B. H.; ROMANIELLO, M. M.; PELEGRINI, D. F. A influência do Fairtrade no desenvolvimento do capital social: o caso dos cafeicultores da Cooperativa “Dos Costas”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2021.

ALVARENGA, R.P.; ARRAES, N.A.M. Certificação fairtrade na cafeicultura brasileira: análises e perspectivas. **Coffee Science**, v.12, p.124-147, 2017.

BERLINER, D.; PRAKASH, A. “Bluewashing” the Firm? Voluntary Regulations, Program Design, and Member Compliance with the United Nations Global Compact. **Policy Studies Journal**, v. 43, n. 1, p. 115-138, 2015.

CHIPUTWA, B.; SPIELMAN, D. J.; QAIM, M. **Food standards, certification, and poverty among coffee farmers in Uganda** *World Development*, Elsevier, vol. 66(C), pages 400-412, 2015.

DIAS PEREIRA, A. C.; CARLOS CEZAR, L. Comércio Justo: um panorama da produção científica brasileira. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 11, n. 2, 2022.

FAIRTRADE INTERNACIONAL. Guia para certificação Fairtrade de organizações de pequenos produtores CLAC / Fairtrade Internacional, , 2016.

FERREIRA, S. P (2014). Entrevista concedida à Embrapa em 26 de novembro, ver <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2293393/cafes-certificados-do-brasil-conquistam-mercado-interno-externo> . Acesso em março de 2023.

FLO. Critério do Comércio Justo Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores. Disponível em: . Acesso em: fevereiro de 2023.

FONSECA, L.S. da. **Efeitos do padrão 4C na produção brasileira de café sustentável**. 2018. 94p. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREDERICO, S. Cafeicultura científica globalizada e as montanhas capixabas: a produção de café arábica nas regiões do Caparaó e Serrada do Espírito Santo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 7-20, 2013.

ITC – International Trade Center. Standards Maps. Disponível em: < <https://www.standardsmap.org/en/home>>. Acesso em dezembro de 2022.

International Coffee Organization (2013). World Coffee Trade (1963-2013). A Review of the Markets, Challenges and Opportunities Facing the Sector. Disponível em : www.ico.org. Acesso em março de 2023.

IISD - International Institute of Sustainable Development - **GLOBAL MARKET REPORT - Coffee prices and Sustainability**. Disponível em: < <https://www.iisd.org/system/files/2022-09/2022-global-market-report-coffee.pdf>>. Acesso em março de 2023.

CEZAR, L. C. Hibridismo organizacional e sua interface com a performatividade crítica: Estudo de caso em uma cooperativa de cafeicultores fair trade do Espírito Santo. **Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES**, 2019.

LEME, P.H.M.V. A construção do mercado de cafés certificados e sustentáveis da UTZ Certified no Brasil: as práticas e os arranjos de mercado. 2015. 273p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

LEME, P. H. M; PINTO, C. L. Qualidade e sustentabilidade: sistemas de certificação do café sob a ótica dos Pilares da Qualidade. **Revista Agrogeoambiental**, v. 10, n. 4, 2019.

MARTINEZ, J. R. Lo Turco. Impacto da Certificação do Café UTZ no Sistema de Informação na Gestão de Duas Empresas Produtoras de Café, no Sul de Minas. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 83 páginas, 2008.

MELO, M.F. de S. de; SOUZA, R. de C.; CAMPOS-SILVA, W.L. de; AMATO-NETO, J. Certificação Sustentável para café: revisão sistemática da literatura e lacunas de pesquisa. *Revista Espacios*, v.38, p.31, 2017.

MOURA, W. P. de; CUNHA, L. T. da; DELU FILHO, N. Levantamento de propriedades cafeeiras com certificação fairtrade e não certificadas em Varginha e região, Minas Gerais, Brasil. **La Saeta**

Universitaria, Encarnación, v. 4, n. 1, p. 66-76, 2015.

PINHEIRO, G.; NAGAI, D. K. Análise comparativa da gestão ambiental na certificação fair trade: principais diferenças entre normas públicas privadas. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, Tupã, v. 10, n. 5, p. 38- 47, 2014.

POTTS, J. Alternative trade initiatives and income predictability : Theory and evidence from the coffee sector. **International Institute for Sustainable Development**, n. July, p. 1–33, 2007.

ROCHA, A. F. da; MENDES, A. C. A. Certificação de café: análise da validação dos benefícios propostos pela FLO aos agentes envolvidos na obtenção do selo fairtrade em uma cooperativa de cafeicultores de Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 3, n. 4, p. 421-441, 2011.

VALKILA, J. Do fair trade pricing policies reduce inequalities in coffee production and trade? **Development Policy Review**, v. 32, n. 4, p. 475–493, 2014.

VEIGA, João Paulo Candia; DE FREITAS BARBOSA, Alexandre; SAES, Maria Sylvia Macchione. A Cadeia Produtiva do Café no Brasil: Impactos Sociais e Trabalhistas da Certificação. **Relatório de Pesquisa. Certification: Facts, challenges, and the future**, v. 123, 2016.

Souza, Roberta de Castro et. al. (2015). An Investigation about the Brazilian Coffee Producer's Perception Regarding the Adoption of Voluntary Sustainability Standards: Premium Matter?,paper apresentado no 10th Research Workshop on Institutions and Organizations – RWIO promovido pelo Cors (Center for Organization Studies), Rio de Janeiro-RJ, 8-9 de setembro de 2015, 16 páginas.